



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO: VICINAL TRÊS
ESTADOS NO ASSENTAMENTO JUMA EM APUÍ, AMAZONAS.**

Bolsista: Andreza Marcião dos Santos - FAPEAM

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

PIB-SA/0009/2012

HUMAITÁ

2013

Bolsista: Andreza Marcião dos Santos - FAPEAM
Orientadora: Prof^a. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

RELATÓRIO FINAL

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO: VICINAL TRÊS
ESTADOS NO ASSENTAMENTO JUMA EM APUÍ, AMAZONAS
PIB-SA/0009/2012**

HUMAITÁ

2013

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que tem como título “A educação do campo em áreas de assentamento: Vicinal Três Estados no Assentamento Juma em Apuí, Amazonas”. Esta tem como objetivo contribuir para o aumento das pesquisas referentes à Educação do Campo no Estado do Amazonas, bem como fazer um diagnóstico da estrutura física e educacional da Escola Municipal Vilma Lemos, conhecendo as condições de infraestrutura, o nível de formação dos professores, e quais as principais dificuldades apresentadas pelos mesmos no processo de ensino e aprendizagem. O objeto de estudo desta pesquisa é a Educação do Campo em áreas de Assentamento de Reforma Agrária e a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa que visa conhecer o cotidiano da comunidade pesquisada. Para a coleta de dados fora utilizado o método de observação direta e a entrevista semi estruturada. Desta forma, foi possível analisar os dados gerais de todo o Município de Apuí e do setor Três Estados, verificando as principais dificuldades encontradas na questão de infraestrutura escolar.

Palavras-chave: Educação do Campo; Infraestrutura Escolar; Formação de Professores.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Fundamentação Teórica	6
2.1. A questão educacional e suas mudanças nas constituições brasileiras.....	6
3. A educação no campo no município de Apuí – AM.....	12
3.1 A infraestrutura das escolas em área de assentamento de reforma agrária em Apuí/AM	14
4. A educação nos assentamentos de reforma agrária: A vicinal Três Estado em Apuí/AM.....	19
4.1. Níveis e modalidades existentes na escola municipal Vilma Lemos.	24
4.2. A formação dos professores da escola municipal Vilma Lemos	26
Considerações finais	28
Cronograma de execução	29
Referências bibliográficas.....	31

1. INTRODUÇÃO

A Educação do campo, surgiu a partir dos movimentos realizados por camponeses para que fosse desenvolvida uma nova política educacional para as pessoas NO campo que tem direito ao acesso educacional e DO campo para que o indivíduo tenha direito a educação pensada para o local em que vive, respeitando a sua realidade. No decreto N° 7.352, de 04 de novembro de 2010, considera-se a população do campo:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p.1).

Neste sentido o presente trabalho foi motivado pelo desejo de contribuir para a ampliação das pesquisas nesta área no Estado do Amazonas, pois ainda há poucas as pesquisas relacionadas à esta temática na região. Segundo Arroyo (2003) no Brasil ainda existe um desinteresse em estudar o meio rural e isso se torna preocupante, pois no campo há um baixo rendimento escolar.

Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e com apoio do CNPQ, sendo gerado pelo projeto de iniciação científica PIB-SA/0009/2012: A educação do campo em áreas de assentamento: O caso da Vicinal Três Estado no Assentamento Juma em Apuí, Amazonas, e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas- FAPEAM.

Os dados da pesquisa foram coletados no ano de 2012 e 2013 junto a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a gerência local do Instituto de Colonização de Reforma Agrária – INCRA e a Escola Municipal Vilma Lemos no Município de Apuí, através de entrevistas semiestruturada que colaboraram para a análise e discussão dos resultados que serão aqui apresentados.

O objetivo geral da pesquisa foi de diagnosticar a estrutura física e educacional da Vicinal Três Estados, localizada no Assentamento Juma em Apuí/AM. Para o alcance deste objetivo foi estabelecido os seguintes objetivos específicos: identificar a estrutura organizacional da escola rural da Vicinal Três Estados; levantar as condições de infraestrutura da escola rural da Vicinal Três Estados; realizar levantamento sobre a formação dos funcionários (professores e técnicos) da escola rural da Vicinal Três Estados; verificar junto aos professores quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos da escola rural da Vicinal Três Estados, no processo ensino aprendizagem; e identificar quais são as principais dificuldades apresentadas pelos professores da escola rural da Vicinal Três Estados, na resolução de problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos. No decorrer da execução do trabalho, houve a necessidade de conhecermos o

funcionamento das escolas de toda a área rural do Município de Apuí, então foi acrescentando como um dos objetivos específicos levantar dados referentes à estrutura e organização educacional das escolas rurais do Município de Apuí.

Destes objetivos específicos propostos foi possível ver na análise dos dados que alguns não foram alcançados de forma satisfatória, pois, no que tange a fazer o levantamento sobre a formação dos técnicos da escola municipal Vilma Lemos não foi possível obter informação se há ou não um profissional disponível na mesma. E na verificação da aprendizagem dos alunos pela perspectiva do professor os mesmos se limitaram a relatar que os alunos sentem dificuldade nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que nos deixou a desejar como é o processo de ensino dos discentes na escola.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, pois há o interesse em conhecer o cotidiano da comunidade conhecendo as suas principais dificuldades: *“A metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais”* (MINAYO, 1994, p.10). E os instrumentos utilizados para coleta de dados foram as entrevistas semiestruturada e a observação direta o que proporciona um rápido conhecimento sobre a situação do local pesquisado. Para análise dos dados foi adotada a técnica de análise de conteúdo, pois, segundo Bardin (2007) nos permite induzir uma interpretação além dos objetivos previstos.

Foram realizadas 02(duas) viagens para o Município de Apuí, pois, a primeira viagem teve como objetivo fazer a coleta de dados junto a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e a gerência local do INCRA. Na segunda viagem foram aplicados os questionários com os professores e a gestora da escola Vilma Lemos. Tinha-se como estratégia também entrevistar os pais dos alunos, o que não foi possível devido à distância de uma residência a outra e nem todos morarem na vicinal Três Estados. Como os dados foram obtidos através das entrevistas semiestruturadas, identificaremos os relatos dos professores e gestora de acordo com o número da entrevista, para que se mantenha o sigilo do informante de acordo com o que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assim sendo, foi realizado esse diagnóstico para tentar compreender a realidade da educação que está sendo ofertada em áreas de assentamento de reforma agrária no sul do Amazonas e quais os problemas existentes na estrutura física e educacional das escolas do campo em Apuí, utilizando-se como amostra a escola localizada na vicinal Três Estados. Como base teórica para a discussão dos dados levantados, optou-se pela análise de autores que discutem sobre a educação do

campo e suas considerações sobre a legislação educacional brasileira anterior e vigente, uma vez que a educação do e no campo ainda não possui uma política própria e sua configuração na legislação, apesar dos avanços, mostra-se ainda modesta.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A QUESTÃO EDUCACIONAL E SUAS MUDANÇAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

O processo de exclusão econômica, social e cultural sempre fez parte da história do homem na sociedade, e ao estudarmos o processo de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro poderemos perceber a importância que a educação formal adquiriu ao longo do tempo. As Constituições Federais Brasileiras são exemplos de como essas mudanças se apresentam.

A primeira Constituição a mencionar o termo gratuidade do ensino a todos os cidadãos foi a Carta Magna de 1842, que estabeleceu a instrução primária; a criação de universidades e colégios. A administração educacional estava concentrada na Coroa e como o foco principal não era a questão educacional, competiu à Igreja a responsabilidade de instalar escolas nas províncias (VIEIRA, 2007, p. 291-309).

A Constituição escrita em 1891 buscava ampliar a autonomia das antigas províncias, mas seu diferencial diz respeito a alterações significativas no processo educacional, pois a família e o Estado passariam a ser responsáveis pela educação. Sendo assim,

As discussões diziam respeito à autonomia das unidades federativas. Educação, portanto, era assunto para ser resolvido no âmbito de cada estado. À União cabia apenas legislar sobre o ensino superior da capital e a formação militar (SCUARCIALUPI, 2008, s/p).

As constituições de 1824 e 1891 não fazem referência ao ensino rural, este é visto somente a partir da Constituição de 1934, por conta do processo de industrialização. *“A preocupação em relação ao campo deu-se quando os rurícolas nos anos de 1910 e 1920 abandonaram o campo por falta de emprego, mudando para as cidades em busca de trabalho, forçando o poder público se confrontar com os desafios postos pela nova conjuntura”* (LEINEKER, 2012, p. 01).

No início do Governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, houve transformações visíveis em relação à política e a educação. No campo educacional fora criado o Ministério de Educação e Saúde e seu objetivo era orientar a reforma do ensino superior.

No ano de 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação lutou por melhorias no sistema

educacional, ou seja, a necessidade de reorganizar o sistema escolar, tanto nas suas condições de infraestrutura quanto as condições metodológicas, pois as técnicas segundo o Manifesto não estavam de acordo com a realidade, *“buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação e preconizava a organização de uma escola democrática”* (BRASIL, 2007, p.10). A proposta do Manifesto abrangia tanto a cidade como o campo, pois, era preciso se desprender dos interesses de classes, para que a educação pudesse abranger todos os indivíduos, independente da sua classe social e do lugar onde vive (Revista HISTEDBR, 2006).

A Carta Magna de 1934, apesar de sua curta duração, previa: 1º- *“liberdade de ensino em todos os graus e ramos observados às prescrições da legislação federal e da estadual e o reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegura a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna”* (BRASIL, art. 150, parágrafo único, "c" e "f", 1934); 2º- definindo também que a União, o Estado e o Distrito Federal financiassem com cerca de 20% o ensino; além de 3º- tornar obrigatório o concurso público como forma de ingresso ao magistério oficial: *“é vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento”* (VIEIRA, 2007, p. 1). O que de alguma forma apresentou avanços no sistema educacional de um modo geral.

No Estado Novo teremos a promulgação da Constituição de 1937, que atribui a União à competência de *“fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”* (BRASIL, 1937, art. 15). Isso significa que a função da União seria criar normas e bases de educação no território brasileiro (VIEIRA, 2007, p. 1).

Neste período foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que tinha como objetivo a *“expansão do ensino e preservação da arte e folclores rurais [...] Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo”* (LEITE, 2002, p.30). No entanto, todo este interesse em fazer com que o homem permanecesse no campo e que se orgulhasse do seu modo de vida, era apenas um meio de mascarar a situação que estava ocorrendo, ou seja, o êxodo rural.

Com a Reforma Capanema em 1942, organizou-se o ensino industrial, no qual fora criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, lembrando que nesse período o ensino era voltado para a formação de trabalhadores. Em 1945 Getúlio Vargas sai do poder e novas reformas educacionais são propostas ao ensino fundamental, ao ensino normal, e ao ensino agrícola. É fundado também o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (PAUMA FILHO, 2005, s/p).

A Constituição de 1946 em seu artigo número 5 determinou que a União fosse responsável pela legislação das diretrizes e bases da educação nacional, bem como os diferentes graus de ensino seriam ministrados pelo poder público sendo que as escolas particulares deveriam ser respeitadas de acordo com as leis reguladoras. Esta mesma Constituição ressaltou que a educação seria direito de todos, e que seria dada na família e na escola, bem como deveriam ser respeitados os ideais de solidariedade humana e os princípios de liberdade, sendo, “*o ensino primário oficial é gratuito para todos*” (BRASIL, art.168, II).

Segundo Vieira (2007) após a redemocratização, volta-se a fase do autoritarismo, ou seja, após o golpe militar de 1964 fechou-se a ordem política anterior e a ditadura representou uma adequação ao modelo político e econômico de base capitalista. Neste período há um processo de industrialização e urbanização acelerado, e com isso acelera-se o êxodo rural, no qual a população camponesa em busca de melhores condições de vida sai do campo para habitar na cidade. E atendendo os interesses das elites adota-se a educação rural como um meio de amenizar o fluxo migratório da população do campo para a cidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB de 1961 “*os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais*” (BRASIL, 1961, art.105).

Com a instalação do Governo Militar, em 1964, surgiram movimentos de educação popular, e estes se deram através de professores ligados as universidades, movimentos religiosos ou políticos de esquerda,

Seu propósito era fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira. (RIBEIRO, 1993:171)

As organizações que faziam parte desse movimento eram o Centro Popular de Cultura (CPC), os Centros de Cultura Popular (CCP) e o Movimento Eclesial de Base (MEB). Segundo Henriques (2007), essa mobilização sofreu muita repressão política, e com o intuito de minimizar o alto índice de analfabetos no país o Governo Militar instaurou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, que tinha como objetivo fazer uma alfabetização em massa.

Enquanto pela Constituição de 1946, a União estaria obrigada a aplicar “*nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino*” (BRASIL, art. 169), na Carta de 1967 tal obrigação desaparece.

No período militar aprovou-se a segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o nº 5692/1971 que levava em consideração o ensino tecnicista, a mesma citou como deveria

ser o ano e o semestre letivo nas áreas do campo: “*Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.*” (LDB, 1971, art. 11, §2). Dessa forma pode-se perceber que houve a preocupação com a população do campo de forma restrita, o homem estava tendo acesso à educação de forma limitada, pois se tem toda a preocupação de ajustar a educação nos diferentes contextos culturais, mas a visão obtida não estava de acordo com a realidade do campo.

Uma década depois com a abertura política no Brasil, no ano de 1984, iniciou-se um intenso movimento por eleições diretas, mas a escolha do novo presidente ocorreu de forma indireta. A partir da Constituição de 1988 foi possível, então, abranger o ensino, para que todos os cidadãos tivessem acesso à educação:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua classificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

A Constituição embora não cite de forma direta a educação DO e NO campo, em seu artigo 206 estabelece que deva existir “[...] *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*” (BRASIL, 1988). Mas de acordo com a realidade esses direitos apresentados na Constituição não são respeitados, pois até o momento não se obteve a igualdade de acesso à escola sendo um exemplo claro as escolas localizadas no campo que são postas em segundo plano.

Segundo Ferreira (2011), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo mesmo que nas entrelinhas da LDB estejam os interesses neoliberais. No decorrer da LDB 9394/96 encontra-se fragmentos específicos direcionados à escola do campo, seu artigo 28 estabelece que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996, art.28)

Há um paradoxo entre as ideias preconizadas na LDB e a defendida pelos movimentos sociais, pois para aquelas a oferta da educação básica para a população do campo visa à mão de

obra para o mercado de trabalho, enquanto que os movimentos sociais acreditam que a educação deve ser para formar cidadãos, preservar a cultura do seu povo e ter uma nova forma de se relacionar com a natureza (FERREIRA, 2011, p.10).

A população que reside no campo, por falta de recursos que o estimulem ao ensino, acaba abandonando a escola e quando consegue se formar no ensino médio não encontra maneiras de permanecer no campo e continuar seus estudos. Com isso os camponeses que buscam melhores condições de vida saem do campo para os centros urbanos. Esta situação mostra a falta de interesse dos governantes em assumir um compromisso com a população residente na zona rural.

Em relação à questão da educação DO e NO campo, esta discussão contribui para o desenvolvimento da cidadania e o resgate da identidade do homem do campo, mas de forma diferenciada, ou seja, constroem uma visão diferente de si mesmos, formando características próprias que poderão ajuda-los na luta por melhorias na educação e no próprio desenvolvimento do campo:

Pode-se dizer que a luta por uma educação do campo deve ir além do que prescreve a Constituição de 1988 [...] devendo se constituir fundamentalmente pelos atores que nela estão envolvidos através de suas práticas educativas cotidianas, suas experiências e reais necessidades. (SANTOS, 2011, p. 10)

O Brasil sendo um país capitalista possui muitas diferenças sociais, entre elas a visão preconceituosa por parte da sociedade em relação aos indivíduos que residem no campo, pois ainda hoje o chamam de povo atrasado, pobre e sem perspectiva de vida. Como pode ser observadas nas Constituições e demais leis, as referências feitas a educação do campo não era pensada para a população residente na zona rural, mas sim para a elite residente na zona urbana:

Nas cidades são criados os referenciais de educação e de desenvolvimento para o meio rural e quando ali chegam, seguem seus caminhos que dificilmente se entrelaçam ou consideram a realidade social, cultural e ambiental (JESUS, 2009, p. 6).

A Amazônia, por exemplo, por ter uma extensão vasta de terras, possui muitas riquezas naturais e culturais que ajudam a formar a identidade do homem do campo, no entanto, a população urbana ignora os valores desses povos. Segundo Cristo et al (2005) toda essa riqueza é ignorada e isso ocorre pelo processo histórico, ou seja, o meio rural é submetido ao valor urbano.

No ano de 2007, realizou-se na Região Amazônica a I Conferência de Educação do Estado do Amazonas, que discutiu entre outras coisas a definição de Políticas Públicas que promovam a democratização da Gestão Educacional, fortalecendo a inclusão e a educação com qualidade social, a mesma foi aprovado pela Resolução nº 105/2007 do Conselho Estadual de Educação – CEE/AM.

Segundo a Conferência, o Governo Federal na proposta do eixo 01 “Os desafios da

construção de um sistema estadual de educação” ficaria com a responsabilidade de “*assegurar para que todas as comunidades da zona rural possam receber benefícios para a alfabetização de jovens e adultos*” (Conferência, 2007, p.06), enquanto o Governo Estadual ficaria com a responsabilidade de oferecer meios para que os ribeirinhos, pescadores e caboclos possam concluir seus estudos, “*através de um sistema televisionado em tempo real, e que permita aos trabalhadores rurais e caboclos a oportunidade do conhecimento na comunidade em que residem* (Conferência, 2007, p.09)”. Neste mesmo eixo o poder público Municipal seria responsável de “*assegurar ao profissional da educação rural auxílio transporte, moradia e alimentação*” (Conferência, 2007, p.31). O que se percebe é que essas metas ainda não foram concretizadas, pois, nem todas as escolas rurais possuem a Educação de Jovens e Adultos; não tem ainda uma infraestrutura adequada e nem profissionais da educação disponível a trabalhar no campo.

Tendo em vista, essas propostas para melhorias na educação, em especial a do campo, ainda existem muitos aspectos que dificultam o ensino na zona rural, prejudicando assim os sujeitos do campo. Um desses problemas são as condições de infraestrutura das escolas, a falta de material didático, a dificuldade de oferta de transporte escolar, a falta de professores qualificados para lecionarem em áreas rurais, pois os docentes tem uma formação que não condiz com a realidade local.

Essa realidade é conhecida, mas é necessário fazer políticas públicas que garantam o desenvolvimento dessas populações, e as mesmas “*devem ser políticas de Estados, para que possam assim, contribuir para redesenhar o retrato de nossas escolas rurais*” (PRAZERES, 2011, p.10).

Com as mudanças relacionadas à educação nas Constituições e demais leis pode-se perceber que o ensino do meio rural sempre esteve presente nos discursos dos governantes, mas não se respeitou os direitos do homem do campo. É por meio da educação que o indivíduo se transforma, torna-se um cidadão crítico e com isso tenta promover transformações na sociedade em que vive. Sendo assim, foi possível observar que a Amazônia possui ao mesmo tempo muita riqueza em relação a sua biodiversidade, aos povos e suas diversas culturas, como também há a precariedade por esses indivíduos não possuírem condições adequadas para a educação.

3. A EDUCAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE APUÍ - AM

O município de Apuí localiza-se na região Norte e atende pelo nome Projeto de Assentamento Rio Juma, é considerado o maior assentamento de reforma agrária da América Latina. Foi criado através da resolução nº 238 em 30/08/1982 tendo como principal acesso à via BR-230 (Transamazônica).

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados no segundo semestre de 2012, junto a SEMED e a gerência local do INCRA, o mesmo possibilitou conhecer a situação atual das escolas rurais referentes à estrutura física e a organização pedagógica no município.

Como Apuí faz parte de um Projeto de Assentamento (PA) todas as 15 escolas existentes estão distribuídas em área de assentamento e possuem aproximadamente 2.206 alunos regularmente matriculados e 127 professores. Os níveis de ensino da educação básica existentes são segundo os dados da SEMED, Educação Infantil, Ensino Fundamental, sendo ofertada também a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos.

A Prefeitura Municipal do Município organizou a distribuição das escolas em 05 núcleos. De acordo com informações levantadas o município ainda não estabeleceu seu perímetro urbano. Mas são consideradas pela secretaria escolas do campo somente 05 (cinco) das 15 (quinze) escolas municipais existentes e as localidades que estão situadas em área rural são chamadas de vicinais e não comunidades. A distribuição das escolas se faz de acordo com o quadro abaixo:

Localização	Escola	Público atendido	Níveis ofertados	Nº de Alunos
Sede (Zona urbana)	Creche Doce Lar Irmã Inês	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil	348
	Escola de Educação Infantil Santa Teresinha	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil	195
	Escola Municipal Areal	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	14
	Escola Municipal João Paulo II	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	10
	Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	23
	Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	21
	Escola	Todas as vicinais	Ensino Infantil e	

Sede (Zona Urbana)	Municipal Piuntuba	localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino fundamental	11
	Escola Municipal Rio Roosevelt	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	14
	Escola Municipal Salva Terra	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	15
	Escola Municipal São Benedito	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Infantil e Ensino fundamental	5
	Centro Educacional Padre Faliero¹	Todas as vicinais localizadas no entorno da Sede Municipal	Ensino Fundamental	895
Setor Coruja (zona Rural)	Escola Municipal Alta União	Bunda de Ema, Amazonas, Paulista, Coruja, Sebastião Pedro, Gaúcha, Raulino, Linha 01, 02, 03, 04, Setor Coruja, Soldado da Borracha, Mineira.	Educação Infantil, Ensino Fundamental	177
Setor Três Estados (zona Rural)	Escola Municipal Vilma Lemos	Cupuaçu, Três Estados, Nova Linhares, Três Buritis, Três de Julho, Igarapé do Meio e Adjacências.	Educação Infantil e Ensino Fundamental	138
Vila do Sucundurí (zona Rural)	Escola Municipal Pedro Álvares Cabral	Estrada BR-230, Paraíso, São Francisco, Camaiú, Margens do Rio Sucundurí e Vila do Sucundurí.	Educação Infantil e Ensino Fundamental	236
Setor Estrada Nova km 30	Escola Municipal Ulisses Guimarães	Estrada Nova, Cláudio Luiz, Nova Lacerda, Nova Canaã,	Educação Infantil e Ensino Fundamental	104

¹ Das 11 escolas localizadas na sede, apenas o Centro Educacional Padre Faliero é considerada escola do campo.

		Nova União, Nova Jerusalém, Pimenta Bueno, Brasil Novo,		
--	--	--	--	--

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2012

3.1 - A INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS EM ÁREA DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EM APUÍ/AM

Para Caldart (2009), é importante reconhecer o papel da escola no processo de ensino e aprendizagem, pois, *“se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano de modo processual e combinado”* (p.121). Dessa forma, poderemos conhecer e compreender um pouco das dificuldades encontradas nas escolas localizadas em áreas de assentamento de reforma agrária.

Diante dos dados coletados na Secretaria Municipal de Educação foi possível verificar as condições de infraestrutura das escolas que estão localizadas dentro da área de assentamento. Optou-se, por tanto, em apresentar nos resultados deste relatório primeiro as informações referentes às condições educacionais das escolas rurais em todo o município de Apuí, e em seguida os resultados específicos da Escola Vilma Lemos, localizada no setor Três Estados, que é área de pesquisa deste trabalho.

Compreende-se que a infraestrutura de uma escola se torna fundamentalmente importante para o desenvolvimento de todos que estão ligados à mesma e assume um papel importante no processo de ensino e aprendizagem. Segundo o Plano Nacional de Educação (2010) se deve assegurar melhorias na estrutura física das escolas, elaborando no prazo de um ano, padrões de infraestruturas compatíveis com a realidade regional. Ao se tratar de questões referentes às escolas rurais do município pode-se identificar (Tabela 01) que 60% das escolas são de madeira; 13% são de alvenaria e 27% são mistas, no entanto, algumas dessas infraestruturas estão desgastadas, o que pode afetar diretamente no processo ensino aprendizagem. Todas as escolas possuem sede própria e serviço de secretaria permanente, e tanto na sede, quanto nas escolas localizadas na zona rural, a média de salas de aulas é de 05 (cinco) a 10 (dez).

Tabela 1- A Estrutura Física dos Prédios do Município de Apuí.	
Escolas de Alvenaria	13%
Escolas de Madeira	60%
Escola Mista	27%

Fonte: SANTOS, A. 2013

Em relação ao fornecimento de energia nas escolas, aproximadamente 47% possuem energia elétrica e 53% recebem energia de motor gerador a diesel e/ou gasolina. Segundo pesquisa realizada por Sátyro e Soares (2007) a cada três escolas rurais existentes, uma não tem acesso a nenhum tipo de fornecimento de energia. Assim podemos observar que as escolas de Apuí possuem acesso a algum tipo de energia, no entanto, isso não implica a concretização do fornecimento, pois o índice de energia gerada a diesel ou gasolina é elevado e não se pode descartar a possibilidade de falta de combustível ou recursos para a compra do mesmo.

Quanto ao acesso a água nas escolas (Tabela -2) aproximadamente 47% delas possui água encanada, sendo fornecida por poço, mina e/ou nascente ou pela própria cidade e 53% das escolas não possuem água encanada. No entanto, essas escolas possuem acesso à água para o consumo feito diretamente do rio, lago ou igarapé. Para Sátyro e Soares (2007) o abastecimento de água é quase universal, pois em 2005, 97, 4% das escolas do campo possuíam abastecimento por meio da rede pública, poço artesiano, cacimba, fonte, igarapé, riacho, cisterna e córrego. Em relação às escolas que não possuem água encanada existe a possibilidade da mesma não ter um tratamento adequado para o consumo, e essa situação pode levar o indivíduo a sérios problemas de saúde.

Tabela 2- O acesso das escolas á Agua, segundo a infraestrutura disponível nas escolas do Município de Apuí	
Água encanada	47%
Sem água encanada	53%

Fonte: SANTOS, A. 2013

Outro aspecto importante ligado á agua são as dependências sanitárias que constituem a infraestrutura básica da escola. Em Apuí verificou-se que 60% dos prédios possuem banheiro interno, enquanto que 40% dispõem de banheiros externos. Pode-se perceber um avanço significativo na questão sanitária, pois, segundo Sátyro e Soares (2007), dependendo da localização geográfica o acesso à água, a eletricidade ou esgotamento sanitário pode ser vistos como fatores de eficiência escolar, mesmo que não ocupe um lugar principal.

Tabela 3– As dependências sanitárias, segundo a infraestrutura disponível nas escolas do Município de Apuí	
Banheiro Interno	60%
Banheiro Externo	40%

Fonte: SANTOS, A. 2013

Esses dados mostram que as infraestruturas das escolas rurais do Município de Apuí precisam melhorar na questão de infraestrutura, pois, essa questão pode interferir de forma direta no trabalho dos professores, bem como prejudicar os alunos. Identificamos que 60% dos banheiros estão localizados dentro da escola e em 40% destas o banheiro localiza-se fora da escola, apesar de todas as escolas possuírem acesso a esgotamento sanitário, não podemos aferir sobre a qualidade deste acesso. Segundo Santos (2010) a maioria dos banheiros das escolas do campo, apesar de existirem, não oferecem as condições necessárias de higiene.

O Município de Apuí oferta em suas 15 (quinze) escolas do campo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Cada escola possui de 5(cinco) a 10(dez) salas, o que não responde corresponde à demanda de alunos existentes em todos os setores, principalmente com a oferta de salas seriadas.

Por conta de uma demanda que não consegue ser suprida é frequente também a existência de classes multisseriadas. No Município 14(quartoze) escolas trabalham com salas multisseriadas para o Ensino Fundamental. Para apoiar e capacitar os professores a SEMED dispõe do Programa Escola Ativa – PEA, que é um método voltado para as salas multisseriadas do campo com o intuito de amenizar reprovações e as evasões de alunos das escolas que estudam em salas multisseriadas. *“O Programa Escola Ativa se propõe a valorizar o profissional da educação escolar através da busca de condições adequadas de formação- em caráter inicial e continuado”* (BRASIL, 2008, p. 23).

Para que se possa ter um resultado significativo em relação às salas multisseriadas, o Estado ou o Município deve equipar as escolas do campo para que seja possível desenvolver programas que ajudem o professor a obter um resultado relevante, ou seja, trabalhar com metodologias distintas ou novas faz com que o aluno se interesse mais pelos conteúdos a serem estudados:

Os professores devem passar bimestralmente por cursos de formação continuada, a coordenação do programa deve avaliar quinzenalmente todo o trabalho docente realizado, bem como efetuar avaliação diagnóstica com os alunos. E, por trabalharem no campo os professores devem receber um adicional pelo trabalho peculiar (LOURENÇO FILHO, 1988, p. 104).

Segundo Pinheiro (2011) as salas multisseriadas trabalham de forma diferenciada, ou seja,

atendem crianças e jovens de diferentes faixas etárias e séries, no entanto, para que se tenha um bom desenvolvimento na questão educacional deve-se tratar com prioridade o espaço que atenda a demanda de alunos, como uma sala bem ampla, arejada e equipada de forma que se possa organizar a sala fazendo com que os alunos consigam entender o conteúdo referente à sua série. Trabalhar com salas multisseriadas envolve um processo contínuo de desenvolvimento do professor, pois o tempo proposto para o ensino é insuficiente e por vezes o educador não está preparado para trabalhar nesta situação ou trabalha tentando aplicar um planejamento dentro dos parâmetros da seriação (Ibid.).

Quando se trata da modalidade de ensino do EJA, o Plano Nacional de Educação – PNE mantém um programa nacional de educação de jovens e adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. No entanto, a oferta nas escolas do município é baixa, pois apenas 7% das escolas atuam na modalidade de educação de jovens e adultos, enquanto que a oferta de educação infantil, ensino fundamental chegam a aproximadamente 93% de oferta. É de suma importância entender que a Educação de Jovens e Adultos é uma forma de incentivo para os homens e mulheres residentes no campo a concluírem seus estudos, sendo uma forma de resgate e valorização da sua própria história, pois *“a EJA constitui um instrumento importante e um espaço significativo de enfrentamento e de afirmação de ações e de políticas educativas que incluam o homem e a mulher do campo na busca de valorização de sua história, sua cultura e de sua cidadania”* (MUSIAL et al, 2012, p. 101).

A formação do professor e a qualidade desta é um dos componentes mais importantes para a melhoria da educação. De acordo com SEMED, o município dispõe de 127 professores que atuam no campo. Destes, 12(doze) estão cursando nível superior, e 115 (cento e quinze) possuem nível superior, onde 48 (quarenta e oito) já possuem algum tipo de pós-graduação. No PNE (BRASIL, 2001) é apresentado como meta, que em cinco anos todos os professores do ensino médio tenham um diploma de nível superior. Desta forma, foi possível observar no município que a maioria dos professores do campo possui formação no ensino superior, no entanto, apesar deste avanço ainda existe professores que lecionam em séries distintas da sua formação. De acordo com a SEMED existem 21 (vinte e um) professores que possuem Pedagogia ou Normal Superior que estão lecionando em turmas de 6º ao 9º ano. Segundo a LDB/1996, alterada pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, no art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5(cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em

nível médio na modalidade normal (LDB, 2013, p.3).

O professor que possui Pedagogia ou Normal Superior não está habilitado para dar aulas nas turmas de 6º ao 9º ano. Tendo em vista esta situação, o professor que leciona em turmas que não é habilitado pode acabar prejudicando o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Como não temos muitos professores que atuam no campo com formação adequada às séries é importante que o mesmo esteja atento as suas próprias metodologias, pois, no que se refere a Educação do Campo:

O educador precisa entender que cada educando tem seu imaginário particular, nesse sentido, buscar as metodologias que possam favorecer o alcance do objetivo educacional. O que se pretende na educação do campo é construir uma proposta educacional que vai além do ensino e aprendizagem dos saberes necessários para a vivência na sociedade, pois está voltado para o desenvolvimento das várias dimensões do ser humano em vista ao seu processo de humanização (COSTA, 2012, p. 140).

Um aspecto importante que afeta o profissional de educação é a questão empregatícia. No município de Apuí 16 (dezesseis) docente não possuem um emprego seguro e esses profissionais de educação não possuem um vínculo empregatício garantido por meio de concurso público. Ainda segundo a LDB/1996, alterada pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, artigo 67 inciso 3º “*A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação*”. De acordo com este artigo da LDB, percebe-se que há um avanço, pois, 111(cento e onze) professores que lecionam nas escolas do Município já possuem vínculo empregatício assegurado na lei através dos concursos públicos.

4. A EDUCAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A VICINAL TRÊS ESTADO EM APUÍ/AM

Conhecendo a questão de infraestrutura e educacional de todo o Município de Apuí, poderemos agora conhecer uma realidade em particular, ou seja, a Escola Municipal Vilma Lemos que se localiza no setor Três Estados, na vicinal do mesmo nome. Esta é considerada uma escola rural por estar aproximadamente a 57 km da sede do município.

A escola Municipal Vilma Lemos funciona em tempo integral, nos dias de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, trabalhando com o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I e II. Existe na escola um total de 10 professores, todos com nível superior e aproximadamente 138 alunos; 04 merendeiras; 01 funcionário que ajuda na manutenção da escola, e os professores se organizam para ajudar no bom andamento da escola e dos alunos, como auxiliar os alunos na hora do recreio e

observá-los durante os intervalos; não possui secretária e quem se responsabiliza por esta função é a própria gestora e durante a entrevista com a mesma não foi citado o nome de nenhum coordenador pedagógico na escola o que nos remete a dúvida se quem exerce esta função é um profissional da área ou se é a gestora. Esta escola atende as vicinais Cupuaçu, Três Estados, Nova Linhares, Três Buritis, Três de Julho, e as localidades Igarapé do Meio e adjacências.

A estrutura da escola é considerada mista, sendo metade em alvenaria e outra metade em madeira e possui 10(dez) salas de aula, 01(um) refeitório, 01 (uma) cozinha, 01(uma) secretaria, 02(duas) alas de banheiro, sendo um masculino e outro feminino. Pode-se observar que a escola atende um número significativo de alunos, e que a estrutura que a escola apresenta ainda não é adequada para atender essa demanda. A nova redação do PNE 2001/2020 (2011) tem como estratégia apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de recursos pedagógicos e a expansão da infraestrutura física da rede escolar. No entanto, a Escola Vilma Lemos ainda trabalha com quadros a giz e não passa por reformas há muito tempo.



Fonte: SANTOS, A. 2013.

Das 10(dez) salas de aula da escola 01(uma) funciona como sala de diretoria e secretaria. Os professores não possuem uma sala adequada para reuniões e planejamento escolar, então para realizar essas atividades é utilizado uma sala de aula que não esteja ocupada.

Os professores entrevistados na escola articularam que a questão de infraestrutura afeta o desenvolvimento do seu trabalho e limita suas estratégias de ensino: “*O professor sempre precisa de quadro bom, e no momento a gente não tem, né. Às vezes também tem a questão da sala em si, [...] mas existe muito problema aí, a questão de ventilação, iluminação [...]*” (Entrevista nº 08). Segundo Ghadin (2012), o Estado por vezes tenta colocar a culpa pelos problemas da educação nos professores desviando assim o real problema, que é a falta de condições de trabalho.

Na escola há 02 (dois) ônibus alugados que são utilizados para transportar os alunos das

vicinais até a escola, no entanto, um desses ônibus é de linha, ou seja, nos dias de segunda-feira e sexta-feira ele realiza o transporte dos moradores do setor Três Estados até a sede do município. Este mesmo ônibus serve como meio de transporte para levar a alimentação para a escola Vilma Lemos.



Fonte: SANTOS, A. 2013

Para levar os alunos à escola, um ônibus faz o trajeto da BR-230 até a comunidade Lagoa Vermelha, chegando a percorrer 24 km, enquanto o outro se desloca até a vicinal Cupuaçu fazendo um percurso de 15 km. Tendo em vista essa situação, os alunos que moram ao longo BR-230 e na comunidade Lagoa Vermelha chegam todos os dias meia hora atrasados e a escola os libera meia hora antes do término da aula. Para Ferreira (2011, p.8) *“se em pleno início do século XXI, com toda evolução nos transportes, os alunos das zonas rurais sofrem para chegar às escolas e estudar, imaginemos o transtorno e sofrimento nas décadas anteriores”*.



Fonte: SANTOS, A. 2013

Com a situação de difícil locomoção nas estradas, alguns alunos não conseguem ter acesso à escola, porque o ônibus não consegue passar depois de um determinado ponto. Fora isto, quando chega o período de chuva a locomoção fica pior, pois, as estradas não possuem asfalto e isso faz os mesmos perderem boa parte das aulas e os professores falam das dificuldades que os alunos enfrentam para chegar à escola e o quanto essa situação prejudica o processo de ensino e aprendizagem.

Os professores que atuam nas escolas do campo denunciam, em suas falas, a condição precária de muitas estradas rurais e dos ônibus usados para o transporte dos alunos. Isso faz alunos perderem boa parte do ano letivo, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, 2006, p. 32).

O acesso à energia elétrica se faz pelo Programa Luz para Todos. E a escola por ter esse acesso, possui internet e telefone. Em relação à informática a SEMED, ainda não possui nenhum projeto específico para a Escola Vilma Lemos, mas existem 03(três) salas equipadas com armários e computadores da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, no qual, quando é necessário é utilizado pela escola e pela comunidade. E uma análise realizada pelo INEP no ano de 2003 mostrou que a situação das escolas localizadas em área rural no que se refere aos recursos ainda é precária, ou seja, 42% das escolas que ofertam o ensino fundamental de 1ª a 4ª série possuem energia elétrica e nas que ofertam o ensino fundamental de 5ª a 8ª série 89,6% apesar de terem acesso à energia elétrica somente 30% possui televisão, sala de vídeo e parabólica. Percebe-se assim que a escola Municipal Vilma Lemos possui acesso à energia elétrica, mas não possui uma infraestrutura adequada para que os alunos possam ter acesso a aulas de informática ou outra tecnologia. O uso da tecnologia para o desenvolvimento educacional ainda é difícil nas escolas do campo e segundo os Panoramas da Educação do Campo (2007) boa parte das escolas rurais por não terem esse acesso, privam os alunos de uma aprendizagem mediada pela televisão, vídeo e internet.

Já o acesso à água se faz por meio do rio, poço e mina. Na escola existem 04 (quatro) caixas d'água, as mesmas são divididas da seguinte forma: 01(uma) armazena a água que vem do rio, utilizada para a limpeza em geral; enquanto as outras 03(três) são usadas para armazenar a água do poço e da mina, na qual, é utilizada para a cozinha e o bebedouro. No verão o acesso à água se torna difícil, pois a mina seca e não tem como abastecer a escola, o que acaba prejudicando a continuação das aulas.

O Panorama da Educação do Campo (2007) observou que as escolas rurais têm infraestrutura diferente das escolas urbanas, e que os recursos disponíveis não suprem a necessidade da área rural. Como se percebeu mesmo tendo acesso a água há um período em que a escola sofre com a ausência de abastecimento da mesma.



Fonte: SANTOS, A.2013.

A questão de infraestrutura afeta diretamente os professores que atuam na Escola Municipal Vilma Lemos. E uma das principais dificuldades apontadas é a iluminação, as salas são quentes e não tem ventilação adequada. Segundo Furtado & Brandão (1999), no que pesem os esforços para a ampliação da oferta pública de educação, não há dado estatístico que reflita verdadeiramente a situação, quando comparado ao vivenciado de perto a realidade.

A iluminação é uma das causas das salas, que nós temos salas que não são bem iluminadas, a ventilação também é um problema sério... Calorão. Da mesma maneira, que eles passam o dia todo na sala... Se sentem incomodado, nós também. Cê chega à sala tá quente. Na hora do almoço, por exemplo, é a hora que eles extrapolam né, gastam a energia d'eles e volta pra sala suado e a sala quente (Entrevista nº 11).

Como a Escola Municipal Vilma Lemos funciona em tempo integral, os alunos permanecem na mesma o dia inteiro com o início das aulas as 07h30min e o término as 17h00min. No horário de 11h45min os alunos são liberados para o almoço, tendo 1 hora de intervalo. Após o almoço os mesmos não possuem nenhum local adequado para o descanso, sendo assim, eles correm pela escola. Os alunos retornam para a sala de aula às 12h45min e as 15h05minh eles saem para o lanche, e voltam para salas às 15h20min.

Assim, como podemos perceber na situação acima, a falta de ventilação afeta diretamente os professores e os alunos, pois, como os mesmos passam o dia inteiro na escola não tem um descanso e nem uma higiene adequada. Os alunos têm uma hora para o almoço e neste intervalo eles brincam ao redor da escola correndo e pulando e quando chega o período da tarde os alunos ficam soados. Tendo em vista esta situação os alunos ficam inquietos e agitados o que acaba prejudicando o ensino e aprendizagem.

4.1 NÍVEIS E MODALIDADES EXISTENTES NA ESCOLA MUNICIPAL VILMA LEMOS

Os níveis e modalidades ofertados na escola Vilma Lemos são a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I e II pelo turno matutino e vespertino e o Ensino Médio Tecnológico pelo período noturno. Sendo que, o Ensino Médio Tecnológico é um acordo entre a Secretaria Municipal de Educação que disponibiliza a escola e a Secretaria Estadual de Educação-SEDUC que oferta os materiais necessários para os alunos.

A SEMED de Apuí dispõe de materiais didáticos para a escola, no entanto, estes ainda não são o suficiente para suprir as necessidades dos professores e alunos. Na Educação Infantil a professora tem dificuldades em confeccionar cartazes e jogos, pois, não há material suficiente para a confecção dos mesmos. E no Ensino Fundamental existe a falta de materiais disponíveis para dar aulas, como mapas, esqueletos e globos:

É a nossa dificuldade é a falta de material, falta de recursos né, mas eu trabalho muito... dá um jeito né?...Material reciclável né? Mas a gente se encontra assim... é que o governo ele impõe. Ele diz lá na mídia que tooooooada escola informatizada, mentira... Certo? E se nós formos ficar de braços cruzados esperando todo este material pra cê disinvolver uma boa aula, você não vai disinvolver. Então é... Se você não prestar atenção na realidade o que acontece e o que é publicado aí fica aquela farsa é... fica a farsa[...] (Entrevista nº 02)

Como fora visto, apesar de a educação chegar à população do campo, esta ainda não é satisfatória. Faltam atitudes concretas do Estado, ou seja, apesar de belos discursos encontrados na mídia há uma grande distorção da realidade e essa situação por vezes deixa o professor indignado e sem saber qual o sentido de lecionar e qual o seu real papel no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Ghadin,

O discurso político não atinge o cotidiano vivido pelo educador na escola. Mesmo quando esse discurso atinge sua vida, ele não consegue mobilizar coletivamente os educadores para incorporação das propostas. Tal disparate entre o dito e o vivido cria uma barreira entre o que está e o que se pretende fazer (2012, p. 31).

Na sala de Educação Infantil existem aproximadamente 23(vinte e três) alunos matriculados, com faixa etária de 4 a 5 anos. Segundo a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013 que altera a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 a educação infantil tem como finalidade desenvolver em crianças com até cinco anos de idade os seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social. Dessa forma, a professora trabalha os eixos temáticos de identidade e autonomia, movimento, artes, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. O interessante é que quando perguntado da professora quais eram as dificuldades relacionadas à aprendizagem dos alunos da educação infantil a mesma aponta que é a matemática, tratando este tema como uma disciplina “a ma-

temática, porque precisamos de tempo para confeccionar materiais didáticos” (Entrevista nº 03); e não como um eixo temático dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Há somente uma sala para a educação infantil, portanto esta é oferecida em sala multisseriada.



Fonte: SANTOS, A.2013.

Os alunos da escola fazem aula de capoeira, que é um projeto da SEMED, que tem como objetivo desenvolver a cultura afro-brasileira na escola. As aulas acontecem somente na quarta-feira e duram em média 50 minutos. Divide-se em duas aulas, a primeira turma é de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e a outra turma é de Ensino Fundamental II.

Existe 01(um) professor para cada série do Ensino Fundamental I, no entanto, as turmas de 4º e 5º ano formam uma sala multisseriada. Esta turma segue a seriação normal, mas segundo Pinheiro (2011) a diferença é que o professor ao ensinar para uma única turma, o mesmo faz com várias turmas no mesmo local. A professora desta turma ministra 08 (oito) disciplinas Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Artes e Ensino Religioso e a mesma começou a dar aulas para a multisserie a aproximadamente 01 (um) ano. O professor sente dificuldades ao trabalhar o conteúdo seguindo o processo da seriação em turmas multisseriadas. E a sala com alunos de idades e séries distintas dificultam o professor a seguir o planejamento dentro dos parâmetros da seriação (Ibid). As demais turmas do ensino fundamental I possui um professor para cada uma, estes lecionam as disciplinas de Matemática, Português, Geografia, História, Educação Física e Ensino Religioso.

De acordo com os professores um dos problemas identificados por eles é que os alunos apresentam muitas dificuldades ao fazer leitura, escrever e interpretar textos e muitos não conseguem se expressar. Para os professores as disciplinas de maior dificuldade para os alunos é a Matemática e a Língua Portuguesa:

Eles têm dificuldades em interpretação de texto, dificuldade também na leitura, não todos, mas alguns. Alguns deles têm a letra... Escreve um pouco mal, mas eles entendem outros eles já copiam bem melhor,

mas tem dificuldade e alguns comem palavras, eles imaginam que escreveram tudo aí esquece de copiar o resto. Matemática... eles tem a dificuldade na parte de interpretação...como está no começo das aulas, apenas com duas semanas então eles estão assimilando o conteúdo. Então nessa parte eu entendo eles (Entrevista nº03).

Uns falam que é português, outros matemática. Fica bem dividido português e matemática. Uns não gostam de leitura porque a língua portuguesa envolve bastante leitura, escrita, por isso que eles falam que não gostam de português (Entrevista nº 09).

No Ensino Fundamental II os alunos possuem dificuldades nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Sentem dificuldades na escrita e interpretação de textos. Todos os professores utilizam o livro didático, no entanto, alguns retiram o que mais chama a atenção do aluno e tentam relacionar com a realidade em que se encontram:

Eu acho assim... livro de literatura infantil, tem vez que eu utilizo pra eles lê. Eu utilizo também o meu livro didático, eles também, cada um tem o seu livro. E eu assim tenho uns livros separados porque nesse livro didático que a gente tem não vem o conteúdo explicadinho, vem coisa que só vai encher a cabeça do aluno e não vai aprender e uso outro livro com a realidade dele. Porque do que adianta falar de uma coisa que eles nem conhecem a gente tem primeiro adaptar a importância da nossa realidade aqui. (Entrevista nº 09)

“Ninguém é totalmente ignorante ou tem um conhecimento completo; todos possuem algum saber e a forma crítica de olhar o saber favorece a possibilidade de mudança na formação de concepções, construindo elementos que favoreçam a melhoria da vida de todos” (COSTA, 2012, p. 70). Assim sendo, pode-se perceber que os professores apesar de não dispor de materiais didáticos suficientes, assumem a responsabilidade de preparar o conteúdo e a metodologia adequada para ensinar os seus alunos.

4.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL VILMA LEMOS

A Escola Municipal Vilma Lemos trabalha com 10(dez) professores. Destes, 06(seis) tem formação em Pedagogia; 02(dois) tem formação em Normal Superior sendo que um é pós-graduado em Metodologia do Ensino da Filosofia e o outro é pós-graduado em Psicopedagogia; 01(uma) possui Licenciatura em Língua Portuguesa e uma pós-graduação em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e 01(uma) tem formação em Ciências Biológicas. E no que se refere aos técnicos da escola não se obteve nenhuma informação. Segundo o artigo 62 da LDB/1996, a formação de docentes para atuar na educação básica será feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores da educação.

Nesta escola os professores que lecionam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I tem formação em Pedagogia ou Normal Superior. O artigo. 61 da LDB, alterado pela Lei nº 12014,

de 2009, diz que os professores que atuam nessas séries deverão ter formação em Faculdades de Educação, Cursos de Pedagogia; Escola Normal Superior; Escola Normal de Nível Médio; e Institutos Superiores de Educação. Enquanto que, no Ensino Fundamental II o professor poderá realizar sua formação nas Licenciaturas Plenas nas Universidades e nos Institutos Superiores de Educação.

Neste sentido não é possível compreendermos a formação do professor somente a partir da obtenção de diploma de nível superior, uma vez que a formação destes profissionais em educação precisa atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica: *“I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II- a associação entre teoria e praticas mediante estágios supervisionados e capacitação em serviços; III – O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades”* (Art. 61 LDB, alterado pela Lei nº 12.014, de 2009):

A formação do educador deve visar o ser humano e sua humanização como sujeito que possa atuar e modificar livremente seu mundo. [...] significa promover o ser humano e torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir na realidade, transformando-a (GHEDIN, 2012, p. 38).

Apesar de a escola oferecer o Ensino Fundamental II não há professores com formação em Matemática, História, Geografia e Artes, disciplinas que fazem parte da grade curricular desta etapa do ensino fundamental. Segundo a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera artigo 62 da LDB/1996, o professor que possuir o Magistério ou Normal Superior só poderá lecionar na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Essa situação nos faz pensar que os professores do campo além de não terem uma formação adequada para lecionar no Ensino Fundamental II, estão sobrecarregados com as disciplinas. O PNE-2011/2020 tem como estratégia promover a educação superior pública para formar professores para a educação básica, em especial as áreas de ciências e matemática, com o intuito de amenizar o déficit de profissionais nas áreas específicas.

A SEMED oferece curso de aperfeiçoamento para todos os professores do Município de Apuí. Então, 09 (nove) docentes da escola Municipal Vilma Lemos participaram do projeto Escola Ativa, Pró-Letramento, Educação Inclusiva, Linux e outros referentes ao Meio Ambiente, apenas 01 (um) professor não participou dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela SEMED, no entanto, é preciso se refletir que *“as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais totalizante, já que ele tem que dar conta de uma série de dimensões educativas presentes nessa realidade”* (ROCHA, 2011, p.41).

Assim sendo, a LDB/1996 prever que é dever do Município, do Estado e da União realizar programas que capacitem os professores que estão em exercício, utilizando também, a educação à distância para aqueles que não têm como sair da sua localidade. Percebe-se dessa forma, que os docentes têm acesso a cursos de formação, mas isso não nos impede de levantar a hipótese de que esses cursos estão direcionados mais para os professores da zona urbana:

Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. É preciso que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. (PNE, 2002, p.109)

Na Escola Municipal Vilma Lemos a realidade é diferente e existem muitos aspectos que influenciam no não cumprimento da LDB. Como por exemplo, a questão salarial, sobrecarga de trabalho, falta de material didático e o acesso à escola:

A condição do professor, nas escolas rurais, ainda se encontra bastante precária, apesar de ser ele o fator escolar mais importante para a progressão e aprendizado dos alunos, sobrepondo-se às condições de infra-estrutura física e abordagens pedagógicas (FURTADO, 2004, p. 63).

Dessa forma, poderíamos pensar que a oferta de cursos para os professores é uma boa forma de contribuir para a formação do mesmo, no entanto, é preciso levar em consideração o contexto em que cada um está inserido. Por vezes muitos cursos oferecidos pelo Estado estão direcionados para os professores que lecionam na zona urbana e não para o campo. “*De modo geral, na área de formação e da Educação, tem-se procurado desenvolver um conjunto de reformas sem levar em consideração o sujeito educador*” (GHEDIN, 2012, p.29).

É fato que os alunos do campo têm que aprender os mesmos conteúdos direcionados aos alunos da cidade, mas a forma que este é ensinado deve condizer com a realidade de cada um, assim os professores como mediadores de conhecimento tentam da melhor forma possível conhecer o seu aluno para que juntos construam uma nova forma de conhecimento. Segundo Arroyo (2009) os professores são sujeitos em construção, tem sua histórias e a suas diversidades de gêneros e possuem a tarefa de conhecer os seus alunos para que assim possam vincular a educação com os direitos, valorizando as pessoas e respeitando as diversidades de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível compreender que a educação é um direito de todo o cidadão, não importando a sua raça ou condição social e que esses direitos estão abordados na Constituição Federal, a LDB, no Plano Nacional de Educação e outras. De acordo com a pesquisa realizada no assentamento de reforma agrária Juma em Apuí/Amazonas, ainda há muito para ser feito pela educação do campo, pois ainda é visto que a qualidade de ensino e a estrutura física das escolas em área rural são desiguais se comparado ao ensino urbano.

A oferta da educação em Apuí, em especial no setor Três Estados, e as condições das modalidades de ensino ofertadas, bem como a carência de estrutura física e o número de profissionais que estão lecionando em séries que não são da sua área de formação, possibilita-nos pensar como é o processo de ensino e aprendizagem nestas escolas. Segundo Pinheiro (2011) a questão educacional não irá resolver os problemas do campo, no entanto são necessárias políticas públicas que respeitem a diversidade e a realidade do meio rural, para construir uma escola do campo de qualidade, com estrutura física e pedagógica adequada e professores com formação própria para atuar no campo.

Desta forma, a educação do campo não precisa ser vista como um empecilho no processo educacional do país, mas deve ser um meio de organização que pode mudar e resgatar valores do homem residente na zona rural, sendo que, a escola nos permite realizar uma nova busca pela transformação e construção social.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Nº	Descrição	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maior	Junho	Julho
		2012	2012	2012	2012	2012	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013
1	Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2	Pesquisa junto a SEMED e o INCRA de Apuí		X	X		X							
3	Primeira visita a campo				X	X							
4	Apresentação oral parcial				X	X							
5	Segunda visita a campo							X		X			
6	Interpretação e análise dos dados					X	X	X	X	X	X	X	X

7	Elaboração dos resultados									X	X	X	X
8	1) Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória) 2) Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)											X	X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 LTDA, abril de 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1824, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 17 de abril de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1891, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 17 de abril de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1934, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1937, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 17 de abril de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1946, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 17 de abril de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1967, Brasília: Senado Federal. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de Abril de 2013. Brasília. 2013.

_____. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 2009.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Projeto Base. – Brasília: SECAD/MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradgmas**, Brasília, DF, 2007.

_____. PNE - Plano Nacional de Educação- PNE (2001/2010) Lei Federal nº 10.172/0. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. PNE - Plano Nacional de Educação PNE (2011/2020) Lei Federal N° 8035/2010. Brasília: Senado Federal, 2012.C

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez,

_____, MOLINA, Mônica Castagna [orgs.]. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de; NETO, Francisco Costa Leite; COUTO, Jeovani de Jesus.

Educação Rural Ribeirinha Marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org). Educação do Campo na Amazônia: Retratos e Realidades das Escolas Multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

COSTA, Lucinete Gadellha da. **A educação do campo: uma experiência na formação do(a) educador (a) no Estado do Amazonas.** João Pessoa: [s.n.], 2012.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta.** Revista Eletrônica de Educação. Ano V. Nº. 09 julho/dezembro. 2011.

FURTADO, Eliane Dayse & BRANDÃO, Maria de Lourdes. O que se sabe e o que se faz sobre a educação no contexto dos assentamentos rurais: colocando gás na lamparina. Educação e Debate. Fortaleza-Ce, 1999.

FURTADO, E. D. P. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil.** Proyecto Fao-UNESCO-DGCS ITALIA-CIDE-REDUC. 2004. Disponível em: http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf. Acessado em: 12/05/2013.

GHEDIN, Evandro [org.]. **Educação do campo Epistemologia e práticas.** São Paulo: Cortez, 2012.

INEP. A educação no meio rural do Brasil. Revisão de literatura. Programa de Estudo sobre a educação rural/do campo no Brasil. Mimeo, 2003.

JESUS, Edilza Laray de. **Educação e Desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas.** Porto Alegre\FACED, 2009.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **A educação do campo e os textos constitucionais: um estudo a partir da constituição federal de 1934. IX ANPED Sul 2012.**

LEITE, Sergio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1988.

MINAYO, M.C. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

MUSIAL, Gilvanice B. S.; ROSA, Walquiria M.; COSTA, Vania A. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo: a experiência do Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã no 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental.** In: ROCHA, Maria Isabel Antunes, MARTINS, Maria de Fátima Almeida , MARTINS, Aracy Alves. **Territórios educativos na Educação do Campo: Escola Comunidade e Movimentos Sociais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 87-102.

PALMA FILHO, J. C.(organizador). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A Educação do campo na Amazônia paraense e a multissérie.** In, A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira: (página 2), acesso ao site: Monografias.com no dia 11/08/2011.

REVISTA HISTEDBR On-line. **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932).** Campinas, n. especial, p.188-204, ago. 2006 – INSS: 1676-2584.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 13ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Licenciatura em Educação do Campo: histórico e projeto político-pedagógico.** In: ROCHA, Maria Isabel Antunes, MARTINS, Aracy Alves [orgs.]. **Educação do Campo desafios par a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. IV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. **Da Educação rural à Educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas.** Laranjeiras-SE, 2010.

SCUARCIALUPI, Lu. A educação nas Constituições Brasileiras. Como a questão da educação foi tratada por diferentes legislações desde o século 19. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/mudancas-educacionais-constituicao-349373.shtml>. Acesso em: 06 de abril de 2013.

SÁTYRO, Natália. SOARES, Sergei. **A infra-Estrutura das escolas brasileiras de ensino Fundamental. Um estudo com base nos Censos Escolares de 1997 a 2005.** Brasília, Abril de 2007.

SOARES, Nádia Bolzan. **Educação Ambiental no Meio Rural: Estudo das práticas ambientais da escola Dario Vitorino Chagas – Comunidade Rural do Umbu- Cacequi/RS.** Santa Maria, RS. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. R.bras. Est. pedag., Brasília, v. 8, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.